



destaques do mês

Governo deve realizar mais R\$ 111 bilhões em licitações

Nos próximos meses, o governo deverá realizar R\$ 111 bilhões em licitações envolvendo os setores de logística, energia elétrica, telecomunicações e projetos de mobilidade urbana. Esse montante deverá se somar aos R\$ 90 bilhões em obras contratadas ano passado, sendo que 45% se referem a projetos de transportes e 47% de energia, e aos R\$ 12,3 bilhões de empreendimentos contratados entre janeiro e início de maio deste ano. As estimativas foram divulgadas pelo secretário adjunto de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda, Leonardo Lima Machado, durante o seminário da Fiesp sobre infraestrutura. "Precisamos investir ainda mais para superar as lacunas que existem depois do baixo nível de recursos aplicados na década de 1990", apontou. Na área de logística, o governo dará continuidade às licitações de rodovias federais, enquanto prepara para colocar em leilão projetos de portos e ferrovias. Em telecomunicações, há expectativa no mercado de que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realize neste ano edital do leilão da frequência 700 MHz da internet móvel de quarta geração (4G). No setor elétrico, um dos principais empreendimentos que podem sair do papel é a usina de São Luiz dos Tapajós, no rio Xingu, com 8000 MW de capacidade e que pode ir a leilão este ano, de acordo com informações do presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim. (27.05.2014 - Valor Econômico)

Nova fase do PAC prevê investimento de R\$ 9,3 bilhões

A terceira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3) - que tem a previsão de lançamento em agosto - deve contemplar R\$ 9,3 bilhões em investimentos voltados para projetos na malha ferroviária que está na mãos das atuais concessionárias. Essa foi a sinalização dada por técnicos do Departamento de Infraestrutura de Transportes (Dnit) à Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), que ajudou o órgão a identificar ações prioritárias para o setor. A lista de projetos inclui contornos ferroviários, remoção de invasões nas faixas de domínio, duplicação de trechos, construção de viadutos e passarelas, ampliação de ramal, iluminação e sinalização de passagens em níveis e reforço em estruturas existentes. São investimentos em trechos que estão sob a responsabilidade das concessionárias, mas não estão previstos nos contratos de concessão. Segundo o presidente da ANTF, Rodrigo Vilaça, o foco do governo está na redução do risco de acidentes, mas a medida resultará no ganho de eficiência operacional para as atuais ferrovias. "Isso não é nada de tão expressivo, quando você considera o incremento de 20% de velocidade e produtividade ao sistema", disse. Ao todo, o pacote inclui 31 projetos. As malhas ferroviárias beneficiadas são das concessionárias América Latina Logística (ALL), Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Ferrovia Tereza Cristina (FTC), MRS Logística e Transnordestina Logística (TLSA). (16.05.2014 - Valor)

painel

■ ANEEL abre audiência que discutirá norma que trata de melhorias e reforços de transmissão

A Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou na última terça-feira (03/06) abertura de Audiência Pública para discutir o aprimoramento da Resolução Normativa N°443, de 26 de julho de 2011, que estabelece a distinção entre melhorias e reforços em instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionárias de transmissão
Mais informações:
www.aneel.gov.br

Primeiro trecho goiano da Ferrovia Norte-Sul é inaugurado em Anápolis

Após cerca de 25 anos de espera, o trecho de 855 km da Ferrovia Norte-Sul, que liga Palmas (TO) a Anápolis, a 55 km de Goiânia, foi inaugurado no final de maio. Apesar da inauguração, a previsão é de que o trecho só comece a funcionar em caráter experimental. A operação efetiva deve começar a partir do segundo semestre deste ano, pois a empresa responsável por operar a linha ainda não foi definida. A Valec também precisa resolver algumas pendências antes de entregar o trecho. Entre elas, adequações exigidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “A Valec já terminou a infraestrutura ferroviária, mas devemos entregar só em junho porque temos pendências para resolver como o plantio de mudas nas áreas degradadas”, explicou o gerente regional da Valec, Charles Magno Beniz. (22.05.2014 - G1)

Custo de operação do setor elétrico vai se manter em alta até outubro, prevê ONS

Em atitude inédita, o Operador Nacional do Sistema (ONS) enviou aos presidentes das associações do setor elétrico a previsão para os custos marginais de operação (CMOs) de julho deste ano a maio de 2015. O CMO é o custo da térmica mais cara para manter o sistema operando de forma segura. Hoje em R\$ 367,51 por megawatt-hora (MWh), o CMO deve chegar ao patamar mais alto em outubro (R\$ 791,41/MWh), segundo projeções do ONS. A média do CMO para junho é de R\$ 578,98/MWh no Sudeste/Centro-Oeste e Sul, e de R\$ 578,45/MWh no Norte e Nordeste. Em agosto, o custo marginal de operação sobe para R\$ 711,40/MWh, prevê o ONS. A partir de novembro, quando o CMO médio deve atingir R\$ 664,23/MWh, o custo começa a cair e chega a R\$ 308,31/MWh em maio de 2015, no Sudeste, Sul e Nordeste. O aumento do CMO não surpreendeu o setor. Os valores previstos pelo ONS devem manter alto o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD). Um representante do setor acredita que todas as térmicas serão mantidas funcionando até o fim do ano. Ele afirma que o governo não quer correr riscos de racionamento em ano eleitoral, além da situação do sistema interligado ser "extremamente delicada". Ao contrário do que sinaliza o ONS, os preços da energia para entrega no segundo semestre registraram forte queda nas duas últimas semanas, de cerca de 40%, seguindo as previsões de chuvas sinalizadas pelo ONS. De acordo com a comercializadora Comerc, os preços caíram de R\$ 680/ MWh para R\$ 415/ MWh na segunda-feira. Apesar da queda do PLD, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, afirmou ontem que há indicação de que distribuidoras precisarão de nova ajuda do governo para cobrir despesas com compra de energia. Segundo Rufino, o "descasamento de caixa" persiste. Disse que uma alternativa ainda é recorrer aos bancos para obtenção de empréstimo intermediado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), como fez no início do ano, e afirmou que as tratativas são conduzidas pelo Ministério da Fazenda. A previsão de chuvas para junho é de 83% da média histórica no Sudeste, de 149% no Sul; 48% no Nordeste; e 98% no Norte. Em novembro, início do período úmido, a previsão de chuvas é de 89% da média histórica no Sudeste. Em nenhum dos cenários as chuvas ultrapassam a média histórica no Sudeste e Nordeste. (18.06.2014 - Valor)

Crédito de R\$ 11,2 bilhões ao setor elétrico foi insuficiente, diz Aneel

O empréstimo de R\$ 11,2 bilhões que o governo patrocinou para salvar as distribuidoras de energia elétrica este ano não foi suficiente para cobrir os gastos até abril. Faltaram R\$ 453 milhões segundo o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. A discussão sobre como cobrir esse rombo, assim como as despesas do setor até o fim do ano está dividindo o governo. As autoridades do setor elétrico e as empresas pressionam pela liberação de novos empréstimos, mas a área econômica considera que o setor tem condições de absorver os gastos. A Aneel calculou em R\$ 2,72 bilhões a necessidade de repasse às distribuidoras em abril, mas o saldo do empréstimo negociado com dez bancos era de R\$ 2,27 bilhões. A diferença terá que ser absorvida por recursos do caixa das distribuidoras e só será reposta nos reajustes programados para 2015. (04.06.2014 - Valor Econômico)

Uso de faixa de 700 MHz ainda depende de solução técnica

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) planeja realizar em agosto o leilão da frequência de 700 MHz para o serviço de telefonia e internet móvel de quarta geração (4G). No dia 5 de maio foi aberta a consulta pública da licitação e as contribuições da sociedade podem ser realizadas em um prazo de 30 dias. Na sequência, três audiências públicas devem ocorrer em Brasília, antes do leilão. O debate promete ser acalorado, uma vez que ainda são muitos os questionamentos em relação às possíveis interferências do sinal de 4G na faixa de 700 MHz podem gerar na recepção dos canais de televisão e quais são as medidas necessárias para mitigar o problema. A frequência de 700 MHz é utilizada para a transmissão de TV analógica, que será desativada gradualmente a partir de 2015, com sua substituição pela TV digital. Atualmente a transmissão em 4G é realizada pela faixa 2,5 GHz, leiloada em junho de 2012. A faixa de 700 MHz, que já é utilizada em vários países, entre eles os Estados Unidos, apresenta um alcance maior e uma propagação de melhor qualidade e um custo operacional menor, sendo mais adequada para o atendimento de áreas rurais e também de regiões isoladas, como muitos dos pontos da fronteira brasileira. Patrícia Ávila, secretária de radiodifusão do Ministério das Comunicações, diz que o governo calcula em R\$ 6 bilhões o custo de desativar o sistema de TV analógico, com ações de remanejamento de canais, mitigação de interferências e custos de adoção de receptores digitais. A conta será arcada pelos vencedores do leilão do 700 MHz. A expectativa do governo é chegar a 65% da população coberta pela TV digital em 2014, mas reconhece que a expansão do serviço para o restante da população se dará em um ritmo lento. (27.05.2014 - Valor Econômico)

Obras de mobilidade urbana são as mais atrasadas da Copa, diz TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou no dia 18 de junho um levantamento sobre a execução de obras incluídas na Matriz de Responsabilidade para a Copa do Mundo. A auditoria aponta que as obras de mobilidade foram, de fato, as mais prejudicadas. De acordo com o levantamento, dos 34 empreendimentos que ainda fazem parte da carteira da Copa, 20 projetos (59%)

estavam com menos de 50% de desembolso até fevereiro. Desse total, quatro projetos estavam ainda sem qualquer repasse financeiro. “O panorama das ações de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa, vigentes no período de fevereiro de 2014, revela que grande parte dos projetos em andamento apresenta atrasos e baixa execução em relação ao cronograma previsto”, afirma o ministro-relator Walton Alencar Rodrigues. Do total de projetos previstos para o mundial, em fevereiro de 2014, consta como concluso apenas as obras de adequação viária Boulevard Arrudas - Teresa Cristina, executada em Belo Horizonte (MG). “Além disso, foram identificadas obras com descompasso entre os cronogramas físico e financeiro, incompatibilidade entre a situação das obras em atraso e com baixa execução orçamentária e física e a previsão de término do empreendimento próximo ao início do mundial, além de obras com estimativa de conclusão após a realização do evento”, diz Rodrigues. O TCU voltará a fazer um novo levantamento de todas as obras relacionadas à Copa 90 dias após o fim do mundial. (16.05.2014 - Valor Econômico)

Queda na importação de bens de capital reflete desânimo empresarial

A retração das importações de bens de capital é mais um reflexo do desânimo empresarial, segundo o presidente da Abimei (Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais), Ennio Crispino. Entre janeiro e maio deste ano, a média diária dos desembarques desses produtos registrou queda de 2,3%, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento. Enquanto em 2013 foram importados US\$ 21,1 bilhões em bens de capital no acumulado dos cinco primeiros meses, neste ano, foram US\$ 20,4 bilhões. “O recuo nada mais é que o reflexo da situação que o país atravessa, na qual há pouco ânimo por parte dos empresários em investir, seja em equipamentos nacionais ou importados”, diz. O setor, no entanto, já projetava uma redução nos resultados do período, mas o recuo foi maior do que o esperado, segundo o executivo. “A queda é além do que se poderia considerar pessimista”, acrescenta. “A quebra da atividade industrial também afeta as importações.” De acordo com dados da Abimei, o faturamento de seus associados diminuiu cerca de 10% no ano passado e 17% em 2012. Estudos encomendados pela entidade indicam que os investimentos em maquinário e equipamentos neste ano não devem passar de 17% do PIB. O valor considerado ideal é de 20%. No Brasil, porém, a média histórica fica ao redor dos 18% (06.06.2014 - Folha de S.P.)

Infraero Serviços deve sair do papel em setembro

A Infraero Serviços deve finalmente sair do papel em setembro. A previsão foi dada hoje pelo presidente da Infraero, Gustavo do Vale, no dia 11 de junho. Anunciada no fim de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, a ideia é que a Infraero Serviços sirva como um complemento ao pacote de investimentos em aeroportos regionais, que prevê desembolsos de R\$ 7,3 bilhões em 270 municípios. A subsidiária poderá cuidar da gestão de terminais hoje operados por governos estaduais e municipais sem experiência relevante no setor. Segundo o presidente da Infraero, nove empresas apresentaram propostas para entrarem como sócias da Infraero Serviços. Três foram selecionadas. “Em setembro fechamos com uma dessas três propostas de parceria e depois a Infraero Serviços será criada”, afirmou. (11.06.2014 - Valor)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de maio de 2014 até 31 de dezembro de 2018

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.703	4.469	4.860	3.931	3.667	18.629
Otimista	1.703	4.469	4.912	3.931	4.775	19.789

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	962	800	0	50	1.405	3.217
Otimista	1.087	936	100	60	2.055	4.238

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	2.304	1.998	66	34	15	4.417
Otimista	2.441	5.639	1.624	807	259	10.770

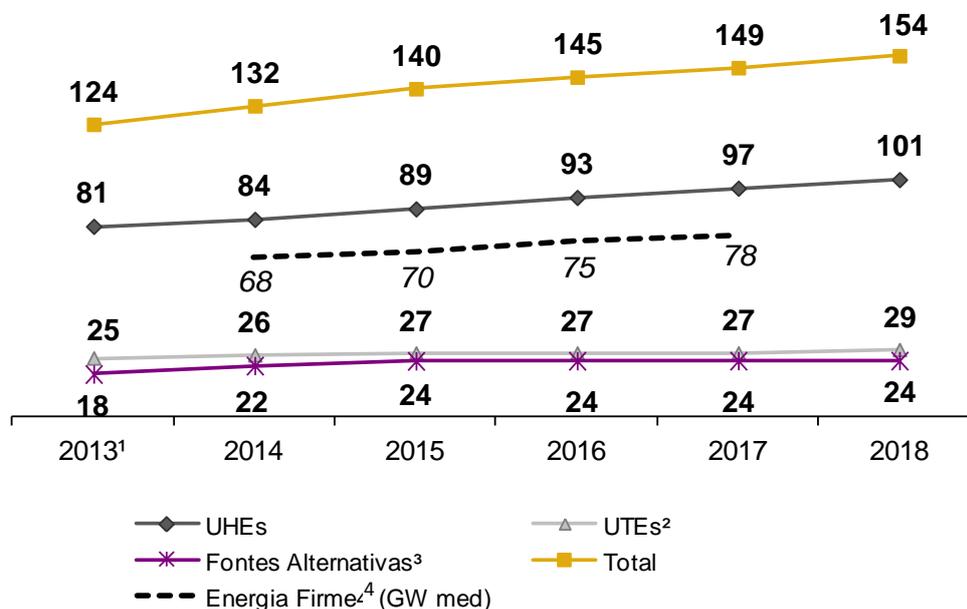
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	4.969	7.267	4.926	4.014	5.087	26.263
Otimista	5.231	11.044	6.636	4.798	7.088	34.797

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,9% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de maio de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,8 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,3% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

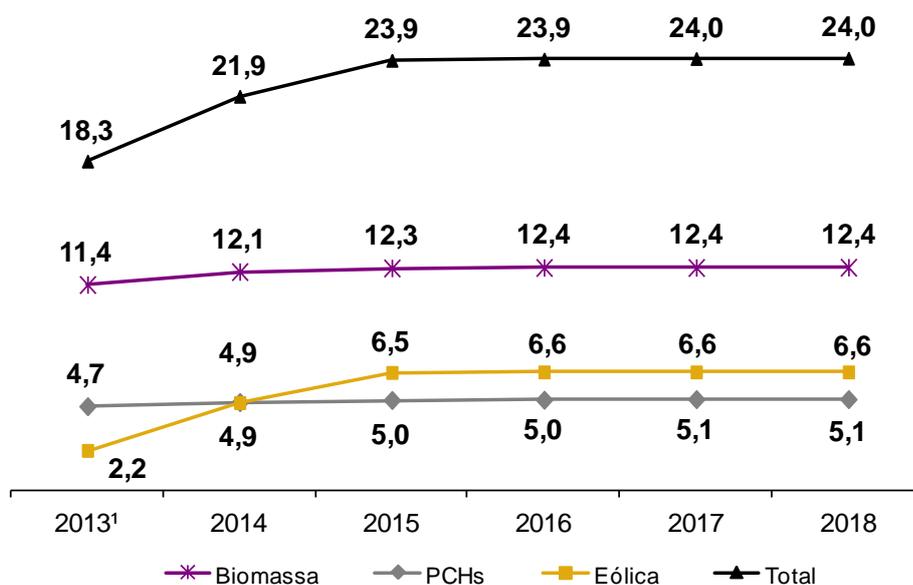
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.

* Excluídas as Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 24,5% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 14,3% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve aumentar para 66% até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,3% e 1,8%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 19,8 mil MW de UHEs até 2018, enquanto a previsão conservadora prevê a entrada de 18,6 MW no mesmo período. Em outras palavras, 96% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,2 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,2 mil MW (76%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Os principais formadores do Rio Madeira são os Rios Guaporé, Mamoré e Beni. Todos esses rios têm nascentes na Bolívia e no Peru. O Beni tem cabeceiras nas vertentes andinas, em altitudes da ordem de 6.000m. Nos últimos três anos, a bacia do Madeira vem registrando índices pluviométricos acima da média e carreando a vazão crescente dos afluentes. No último semestre, registraram-se precipitações 58% acima da média. A Região foi fortemente atingida. No dia 7 de abril deste ano, a vazão do Madeira atingiu 60.056 m³ por segundo. Para ilustrar o porte desse rio, destaca-se que tal vazão, cinquenta vezes maior do que a do São Francisco, poderia encher a Baía da Guanabara em pouco mais de 8 horas. A partir daí começou a decrescer lentamente.

Por força dessa cheia, chamada cheia histórica, a usina hidrelétrica de Santo Antonio paralisou a operação das suas unidades geradoras. A usina permaneceu parada desde o dia 17 de fevereiro deste ano. Já no dia 25 de abril, Santo Antonio retomou a geração de energia ao colocar em funcionamento nove turbinas, vale dizer, produzir 640 MW.

As demais dezessete turbinas que possuem autorização para operar comercialmente entram em operação no decorrer deste mês, em conformidade com a programação determinada em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Quanto a Jirau, a usina já conta com seis máquinas aptas a operar, com capacidade total de 450 MW. Enquanto a linha de corrente contínua que liga o sistema do Madeira à carga do Sudeste não entra em serviço, Jirau também abastece os sistemas do Acre, Rondônia e parte do Mato Grosso através do sistema nacional interligado.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 366 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

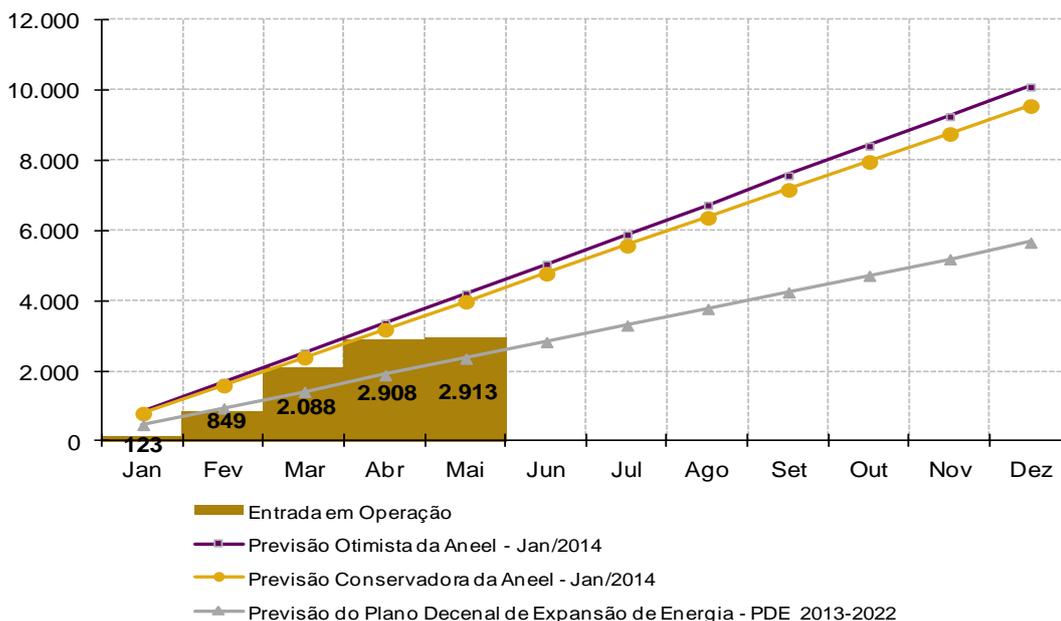
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 814 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,86 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7 mil MW, apenas 46% da potência (3,2 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

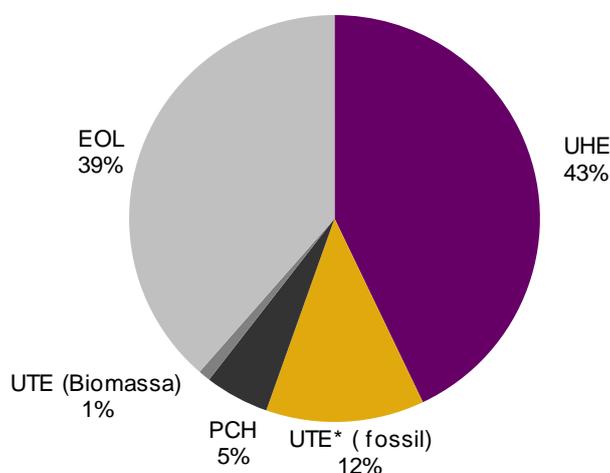
Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de maio de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de maio, entraram em operação 2.913 MW. Desse total, as UHEs representaram 43% da potência total que entrou em operação totalizando 1,3 mil MW. As EOL representaram 39% totalizando 1,1 mil MW. As UTEs fósseis representaram 12% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 5% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de maio de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em março de 2014, 39.344 GWh, apresentando um valor 2% superior ao observado em março de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.118 GWh, valor praticamente idêntico ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 38% do total fornecido a consumidores livres e cativos em março de 2014.

De acordo com a EPE, o consumo de energia elétrica no primeiro trimestre de 2014 atingiu taxas de crescimento iguais as de 2012, depois de uma queda em 2013. Neste trimestre já é possível observar que começam a cessar os efeitos estatísticos da redução das atividades da indústria eletrointensiva, notadamente a metalurgia do alumínio. Ainda se sentem os reflexos do panorama adverso que enfrenta a indústria do light metal, preços deprimidos da commodity no mercado internacional e preço elevado da energia no mercado doméstico.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Março 2013	Março 2014	Var. %	Jan-Mar 2013	Jan-Mar 2014	Var. %
Residencial	10.362	11.269	9	31.725	34.891	10
Industrial	15.163	15.118	0	44.318	44.610	1
Comercial	7.148	7.739	8	21.358	23.658	11
Outras	5.824	6.125	5	17.585	18.745	7
Total	38.497	39.344	2	114.986	120.997	5

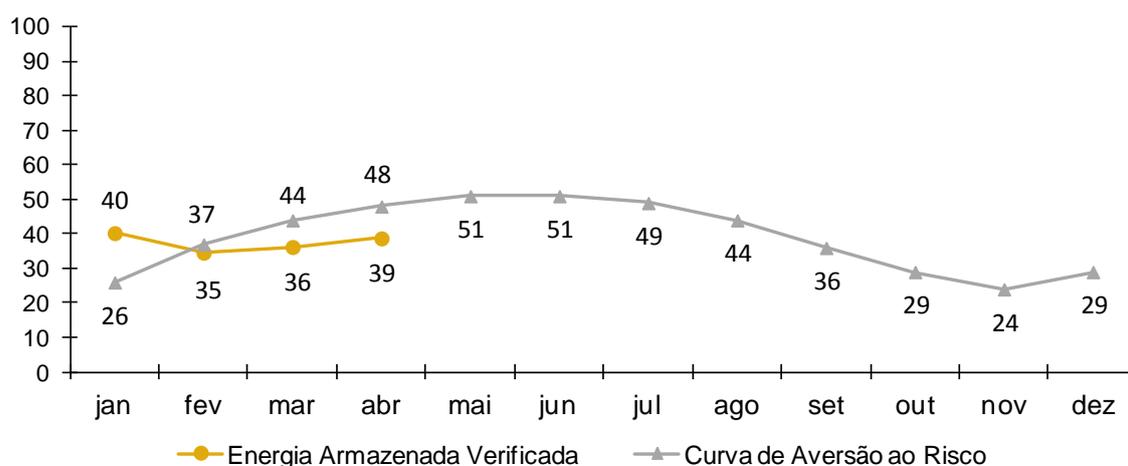
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

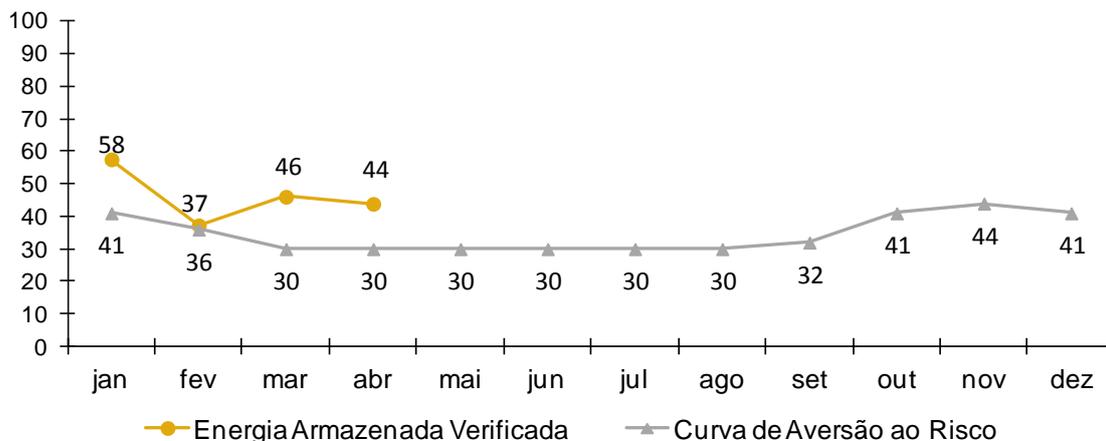
Em abril de 2014, a energia armazenada verificada subiu em quase todas as Regiões com exceção da Região Sul onde caiu de 46% para 44%. Ou seja, as outras Regiões apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode melhorar, porém ainda podem não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sudeste e Centro-Oeste (%)



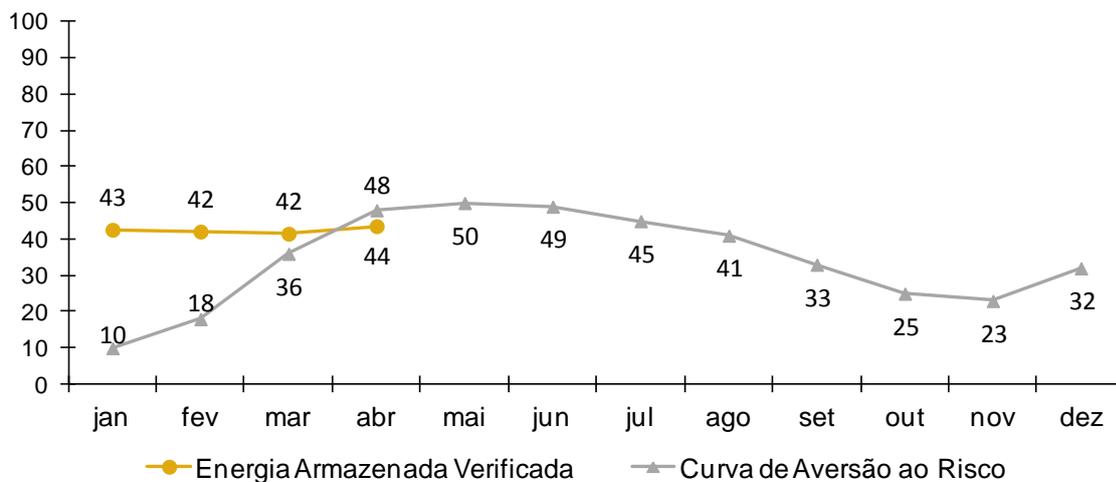
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sul (%)



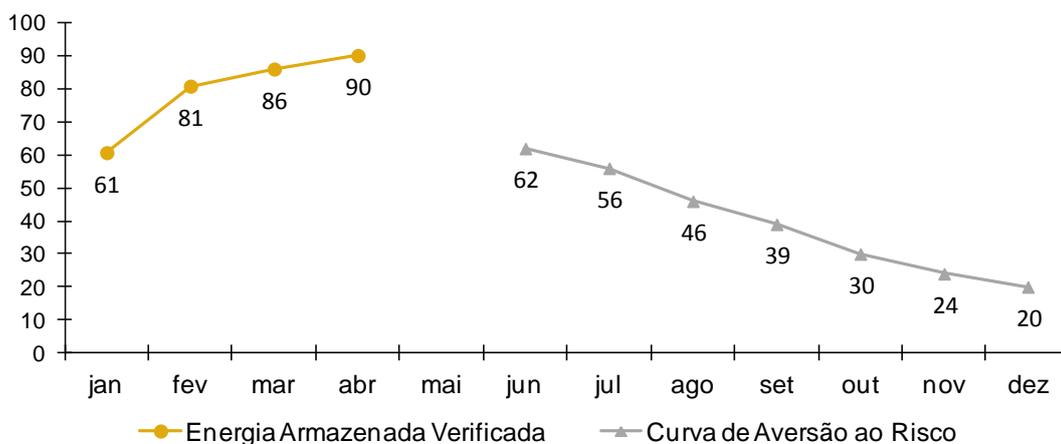
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Nordeste (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quinta semana de maio, o PLD atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh nas tensões pesada e média em todas as Regiões. A tensão leve atingiu valor de R\$806,90/MWh em todas as regiões. com tensão e apresentou o mesmo valor do observado na semana anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 5 - Maio 2014 (Período: 24/05/2014 a 30/05/2014)

Tensão	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	822,83	822,83	822,83	822,83
Média	822,83	822,83	822,83	822,83
Leve	806,90	806,90	806,90	806,90

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesado, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de maio de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 334,59/MWh e R\$ 806,97/MWh. Esses valores representaram mais que o dobro dos preços observados em maio de 2013 no mercado atacadista, menos no norte onde os valores foram 3% abaixo do mesmo período de 2013.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Maio 2013	Maio 2014	Variação (%)
Sudeste/Centro-Oeste	344,8	806,97	134,0
Sul	344,8	806,97	134,0
Nordeste	344,9	772,21	123,9
Norte	344,8	334,59	-3,0

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de março de 2014, foi de 68 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 14% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 6% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em março de 2014 foi de aproximadamente 24,6°, sendo que 10,7% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 60,4% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 28,9% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

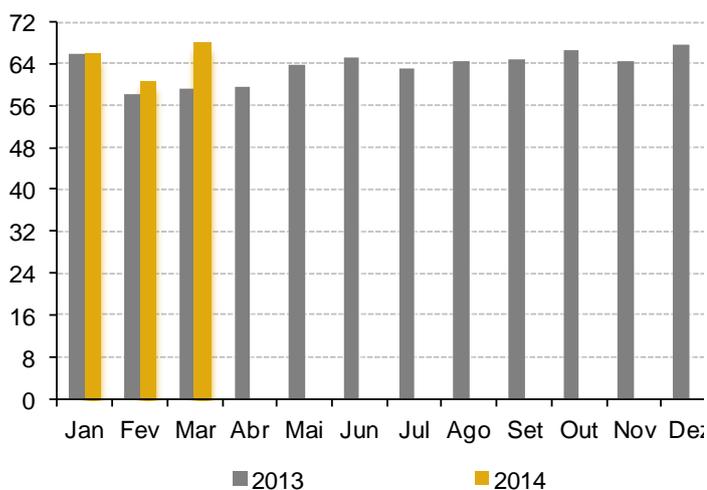
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em fevereiro de 2014, foi de 67 milhões de bep. Esse volume foi 4% superior ao observado em março de 2013 e no acumulado do ano.

De acordo com a ANP, em fevereiro de 2014, cerca de 91,9% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em março de 2014, foi de 11 milhões de bep, valor 17% inferior ao exportado em março de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 10% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

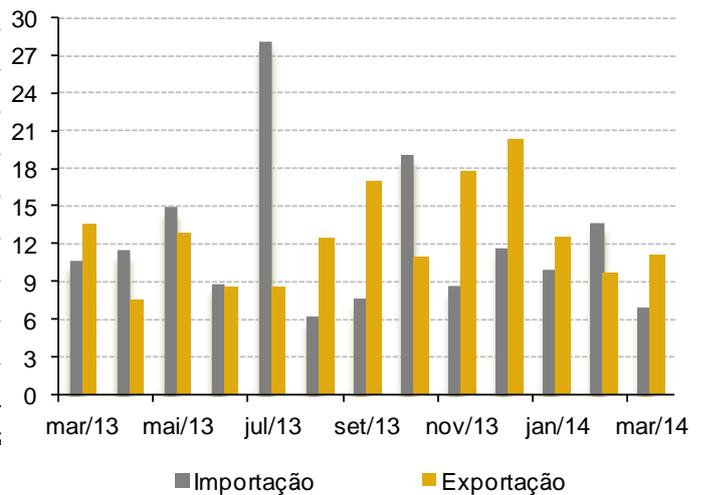
O preço médio do petróleo importado pelo País, em fevereiro de 2014, foi de US\$ 117,02/barril, valor 2% inferior ao observado em março de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou queda de 2%.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



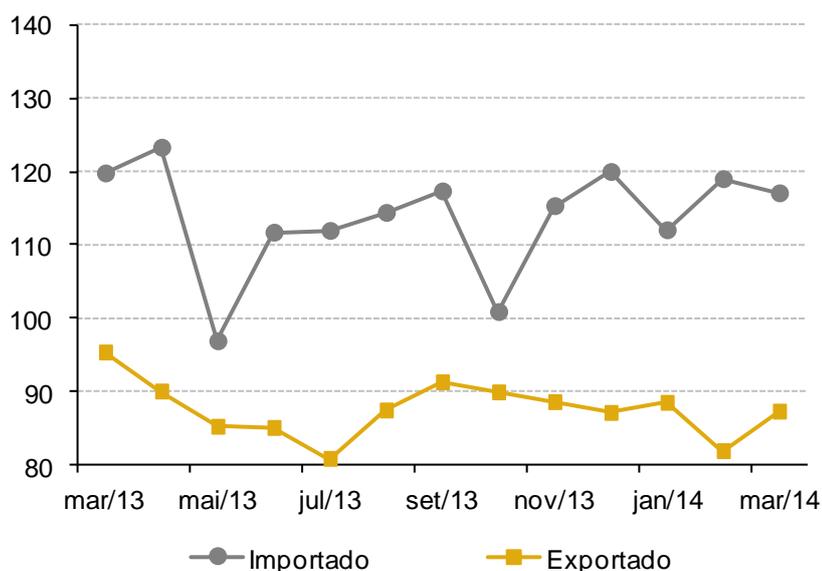
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



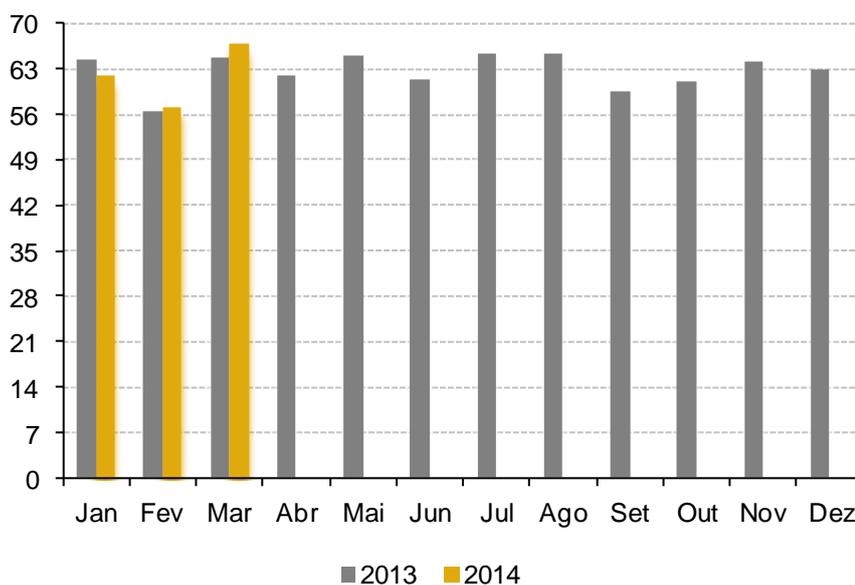
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em março de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 67 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 3% superior ao produzido em março de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados se igualou a do mesmo período do ano passado.

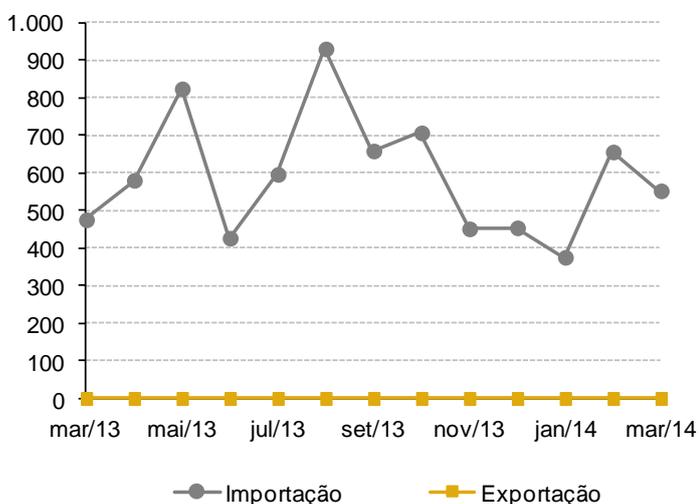
A importação de derivados de petróleo, em março de 2014, foi de 12 milhões bep, valor 15% inferior ao registrado em março do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 2% inferior.

Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)



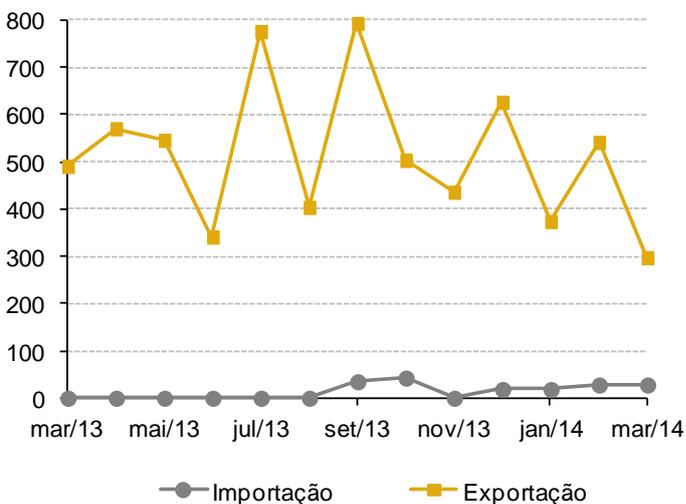
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

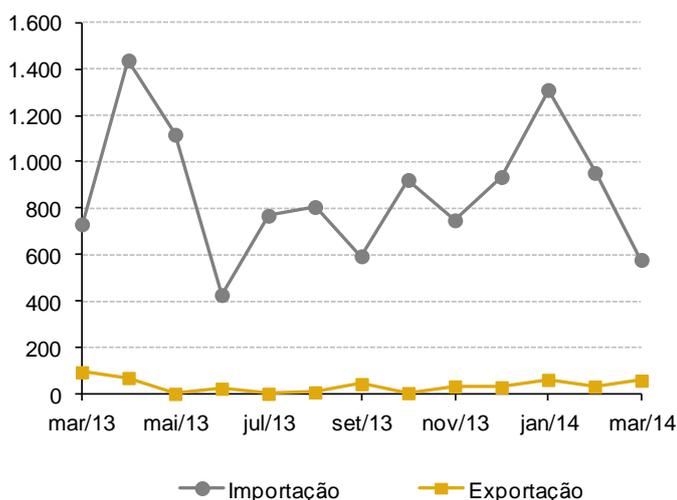
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

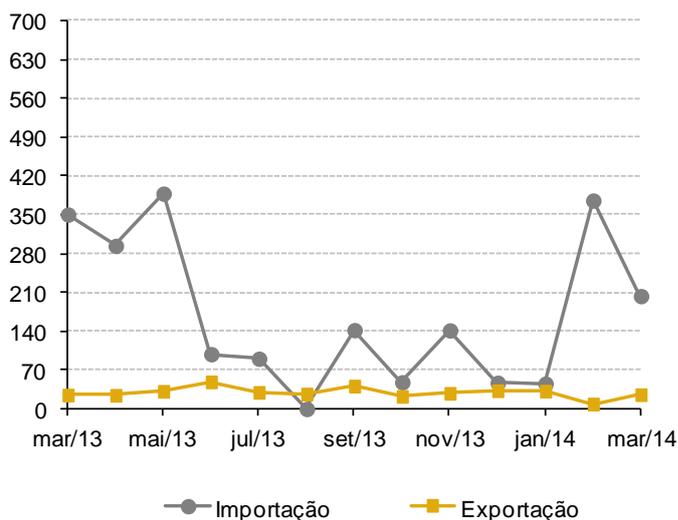
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em março de 2014, foi constatado um total de 6 milhões bep, o que representa um volume 30% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 14% superior. Cabe destacar que a exportação observada em março de 2013 foi abaixo da média.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Em março de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 3% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 2 milhões de bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 70 milhões de bep. Em março de 2013, a dependência externa foi positiva em 5%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 9%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 13%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Março/2013	Jan-Mar/2013	Março/2014	Jan-Mar/2014
Produção de Petróleo (a)	59	184	68	194
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-3	0	-4	-3
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	26	6	23
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	62	210	70	214
Dependência Externa (e)=(d-a)	3	27	2	20
Dependência Externa (%) (e)/(d)	5	13	3	9

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em março de 2014, apresentou saldo de US\$ -548 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 548 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 558 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 3,3 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Março/2013	Jan-Mar/2013	Março/2014	Jan-Mar/2014
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.290	2.796	976	2.883
Dispêndio com importação (b)	1.268	3.611	809	3.524
Balança Comercial (c)=(a-b)	22	-815	166	-641
Derivados				
Receita com exportação (d)	909	2.117	620	2.290
Dispêndio com importação (e)	1.489	5.178	1.335	4.915
Balança Comercial (f)=(d-e)	-581	-3.061	-715	-2.625
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.199	4.913	1.596	5.172
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.757	8.789	2.144	8.439
Balança Total (i)=(g)-h)	-558	-3.875	-548	-3.267

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

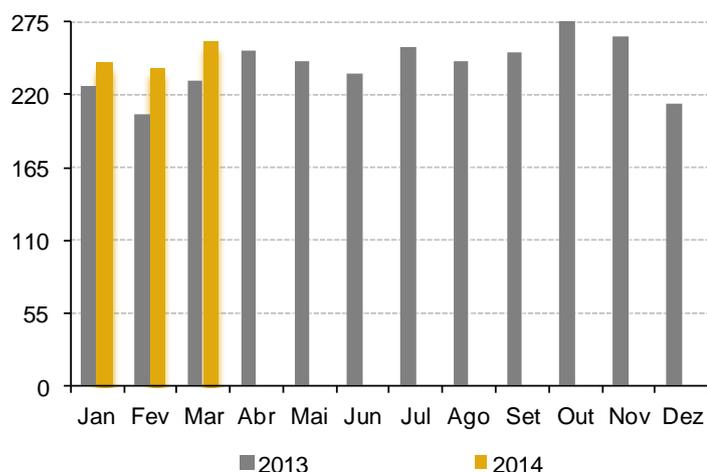
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

A produção nacional de biodiesel, em março de 2014, foi de 259 mil m³, montante 12% superior ao produzido em março de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 12% superior.

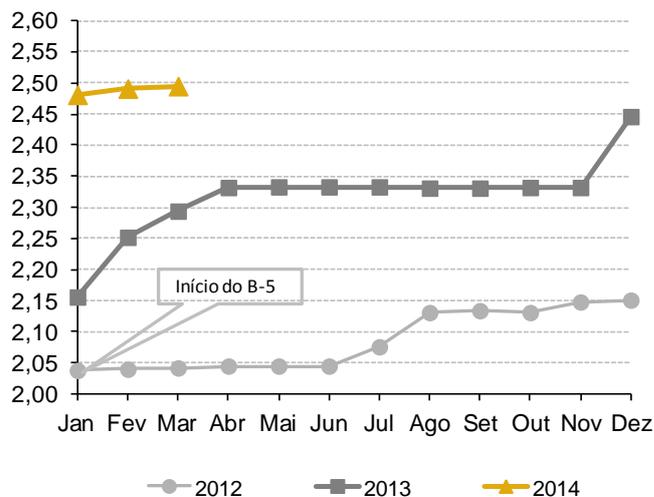
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2014, foi de R\$ 2,50/ℓ, valor 7% superior ao observado em março de 2013.

Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5 (R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 30 de março de 2014, 27.902 mil m³ de álcool, sendo 16.116 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 17% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 19% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

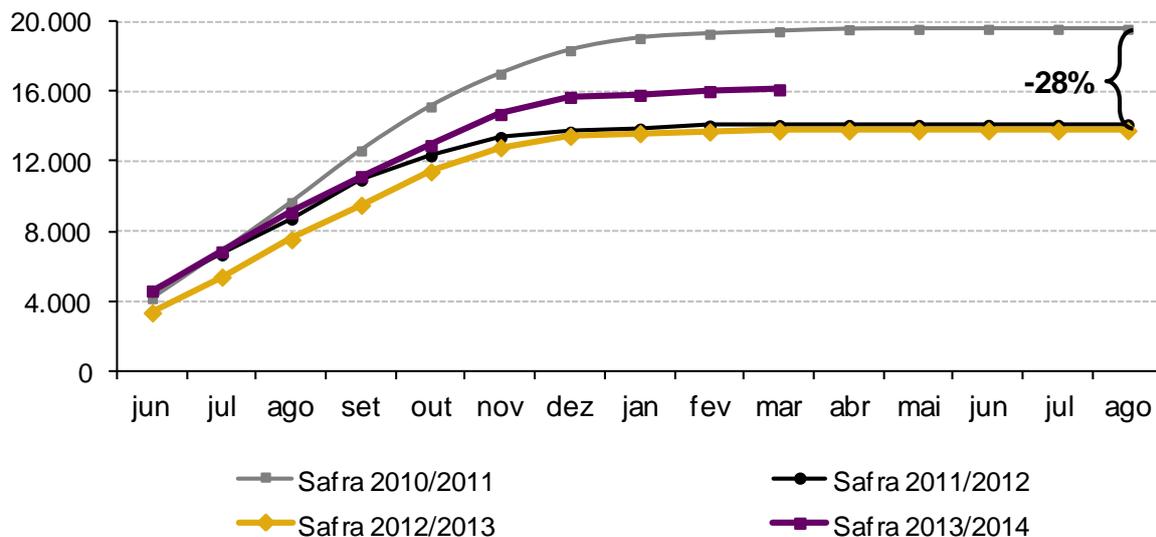
A produção de açúcar apresentou queda. Até 30 de março de 2014, produziu-se 38 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 30 de março de 2013)	Safra 2013/2014 (até 30 de março de 2014)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	9.693	11.786	22
Álcool Hidratado (mil m ³)	13.763	16.116	17
Total Álcool (mil m³)	23.456	27.902	19
Açúcar (mil ton)	38.348	37.735	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

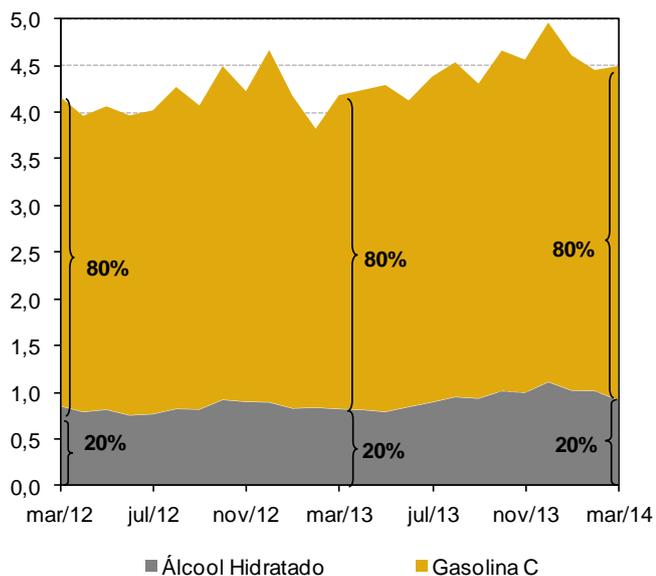
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 915 mil m³ em março de 2014. Esse número representa um aumento de 12% em relação ao volume vendido em março de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 19% superiores.

As vendas de álcool se mantiveram em 20% do universo de vendas do álcool e da gasolina em março de 2013 e em março de 2014.

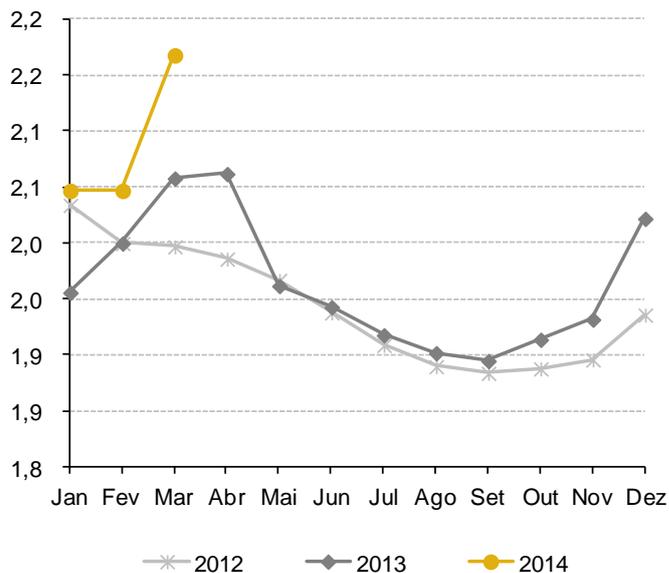
Em março de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,17/l, valor 5% superior ao registrado em março de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



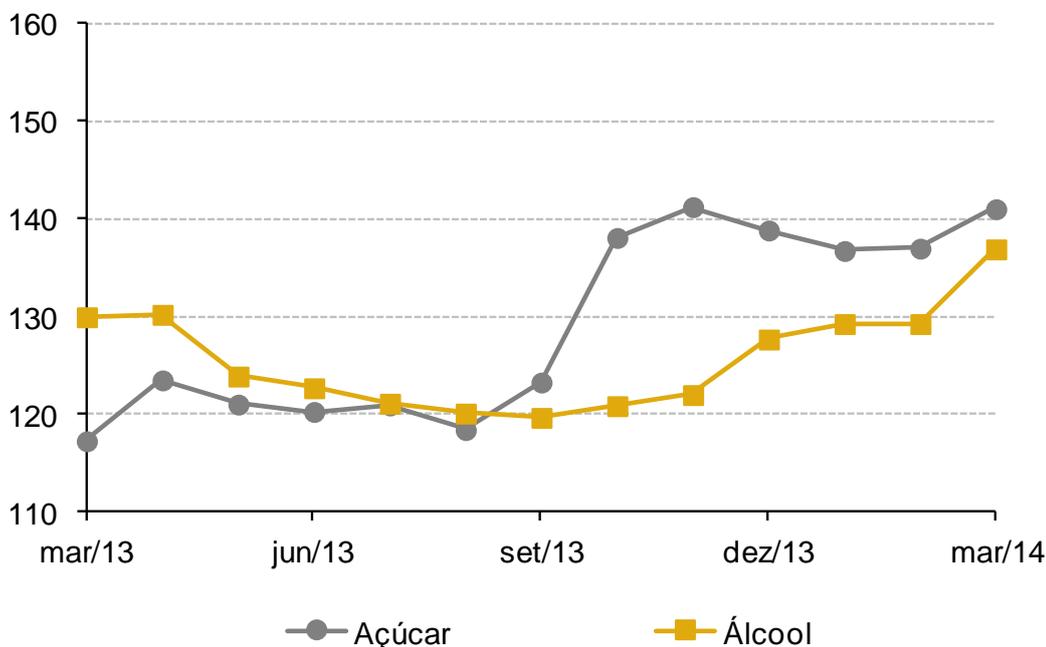
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em março de 2014, foi de 83 milhões m³, representando um aumento de 8% comparado à média verificada em março de 2013. No acumulado do ano, a média foi 9% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em março de 2014, foi de 37 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 90 milhões m³/dia. Este montante é 12% inferior ao observado em março de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 10% inferior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 36% em março de 2014. Em março de 2013, essa proporção havia sido de 31%.

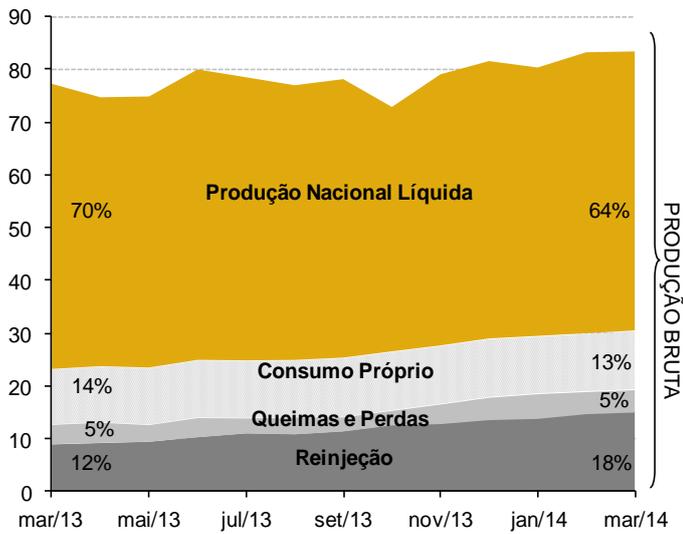
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Março/2013	Média do período Jan-Mar/2013	Média em Março/2014	Média do período Jan-Mar/2014
Produção Nacional¹	77.254	75.668	83.409	82.338
- Reinjeção	8.823	9.011	14.979	14.453
- Queimas e Perdas	3.740	4.015	4.330	4.470
- Consumo Próprio	10.516	10.471	11.082	10.948
= Produção Nac. Líquida	54.176	52.172	53.018	52.466
+ Importação	48.839	48.602	37.385	38.100
= Oferta	103.015	100.774	90.403	90.566

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

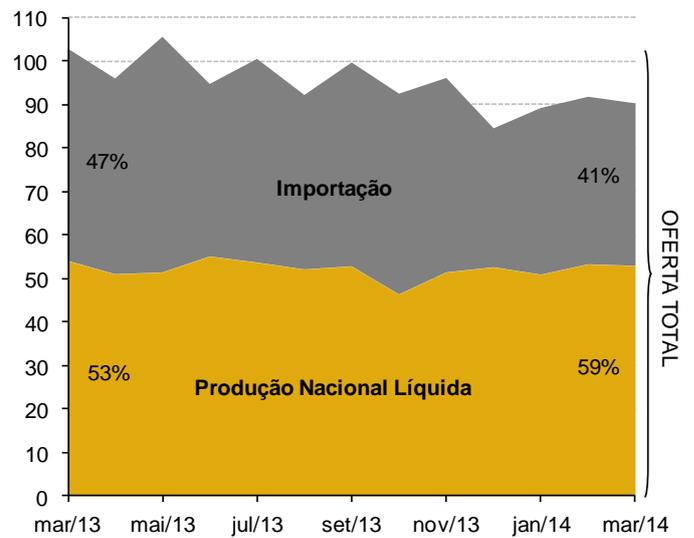
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



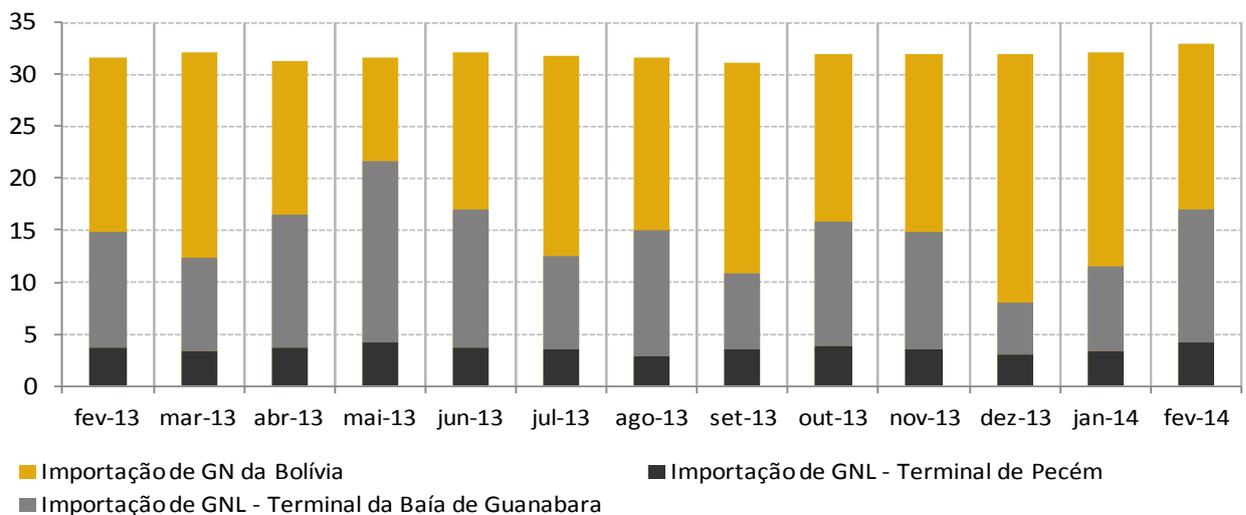
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em fevereiro de 2014, foi de 33 milhões de m³/dia, volume 4% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em fevereiro de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 21 milhões m³/dia, volume 43% superior ao montante observado em fevereiro de 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no País em março de 2014 foi, em média, de 75 milhões de m³/dia. Essa média é 7% superior ao volume médio diário consumido em março de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural não apresentou variação significativa ao observado de janeiro a março de 2013.

O setor industrial, em março de 2014, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 5% superior ao mesmo mês do ano anterior. O resultado é reflexo da recuperação apresentada pela indústria brasileira no início deste ano.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Março/2014	Jan-Mar/2014	Mar-2014/ Mar-2013	Acumulado do Ano
Industrial	28.534	28.235	5	4
Automotivo	4.967	4.970	-4	-1
Residencial	784	703	6	-9
Comercial	750	717	9	5
Geração Elétrica	35.079	30.247	23	3
Co-geração*	2.539	2.476	3	0
Outros	1.938	2.409	-59	-48
Total	74.591	69.756	7	0

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

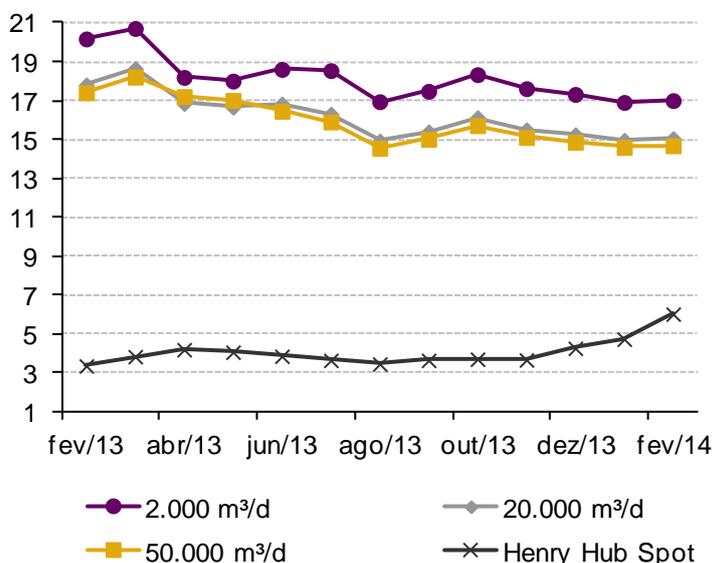
O setor da indústria foi responsável por 38% do consumo de gás natural em março de 2014. O A geração elétrica foi o segundo setor em consumo, responsável por 47% do volume total de gás consumido no mesmo mês. O aumento no consumo de gás para a geração elétrica em comparação com o mesmo mês do ano anterior reflete a atual situação hidrológica do país. Com reservatórios muito abaixo dos níveis esperados para o período, as térmicas a gás continuam despachando para garantir o atendimento à demanda crescente por energia elétrica.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em fevereiro de 2014, foi de US\$ 15,58/MMBTU, valor 16% inferior ao observado em fevereiro de 2013 (US\$ 18,47/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em fevereiro de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 6,00/MMBTU, valor 80% superior ao apresentado em fevereiro de 2013 (US\$ 3,33/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

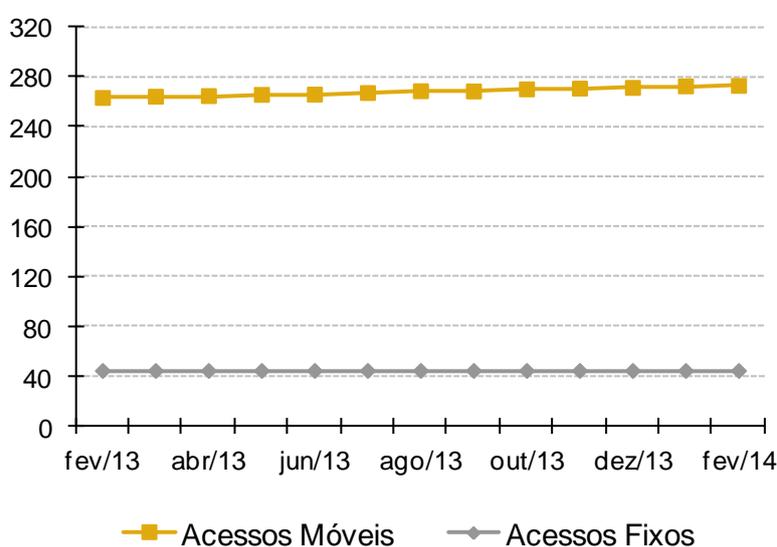
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em fevereiro de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 273 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em fevereiro de 2014, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em janeiro de 2014.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

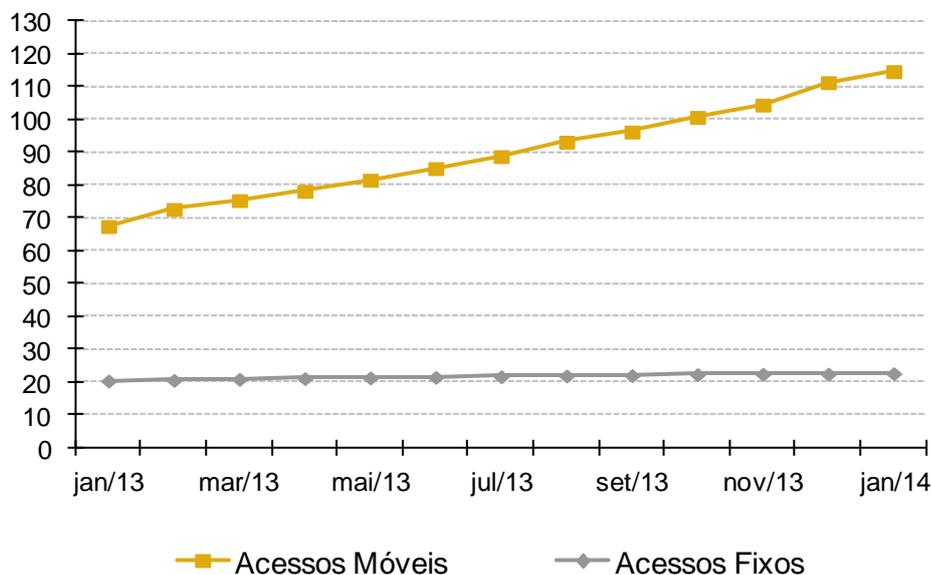
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a Anatel não havia disponibilizado os dados de Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em janeiro de 2014 foi de 115 milhões, montante 70% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a dezembro de 2013, os acessos de internet móvel foram 3% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de janeiro de 2014, um total de 22 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a dezembro de 2013, os acessos à internet fixa foram similares.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em abril de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve uma diminuição de 4% em relação a abril de 2013, e a movimentação de granel líquido aumentou 41% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em março de 2014, foi 8% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em abril de 2014, os TUPs representaram 73% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 51.708 mil toneladas, volume similar ao observado em abril de 2014. Os portos públicos movimentaram 18.805 mil toneladas em abril de 2014, volume 13% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em abril de 2014 foi de 620 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 2% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

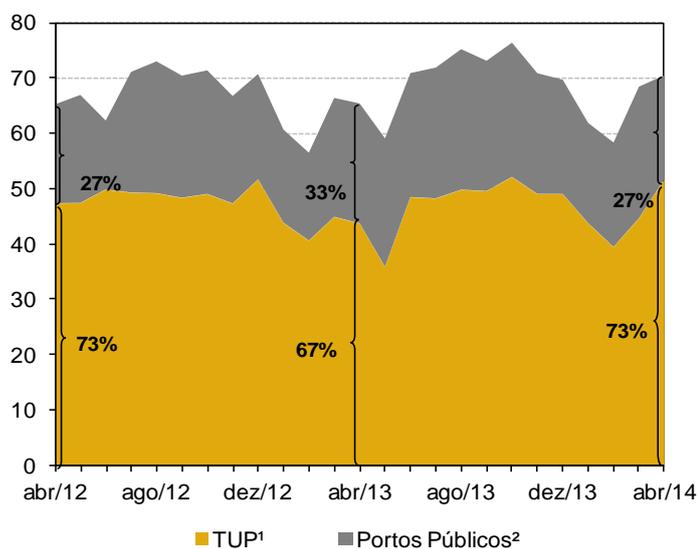
	Período		Varição %
	Abr/2013	Abr/2014	Abr-2014 / Abr-2013
Granel Sólido (a)	44.268	42.654	-4%
<i>Portos Públicos</i>	16.914	13.570	-20%
<i>TUPs</i>	27.541	29.084	6%
Granel Líquido (b)	16.960	23.998	41%
<i>Portos Públicos</i>	3.675	3.536	-4%
<i>TUPs</i>	13.758	20.463	49%
Carga Geral Solta (c)	3.957	3.861	-2%
<i>Portos Públicos</i>	1.119	1.699	52%
<i>TUPs</i>	2.411	2.162	-10%
Total (a+b+c)	65.418	70.513	8%
<i>Portos Públicos</i>	21.708	18.805	-13%
<i>TUPs</i>	43.710	51.708	18%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

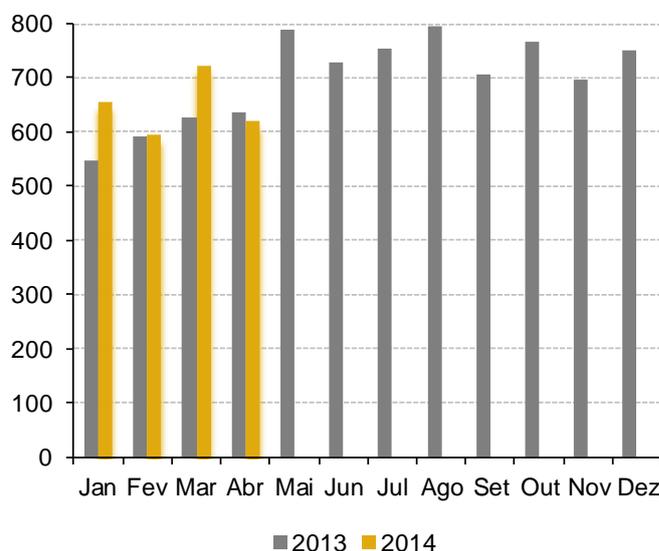


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

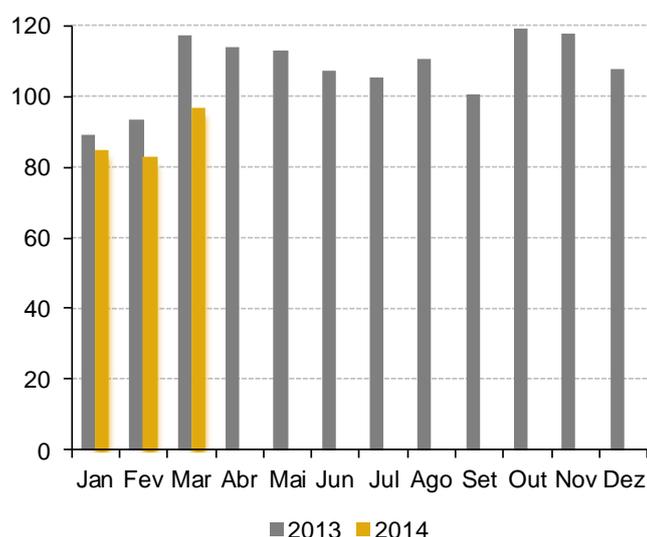
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes à Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Devido a uma alteração na metodologia do aeroporto de Guarulhos, houve uma queda na movimentação de cargas.

Em março de 2014, 17 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 8% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, esse montante foi 2% superior.

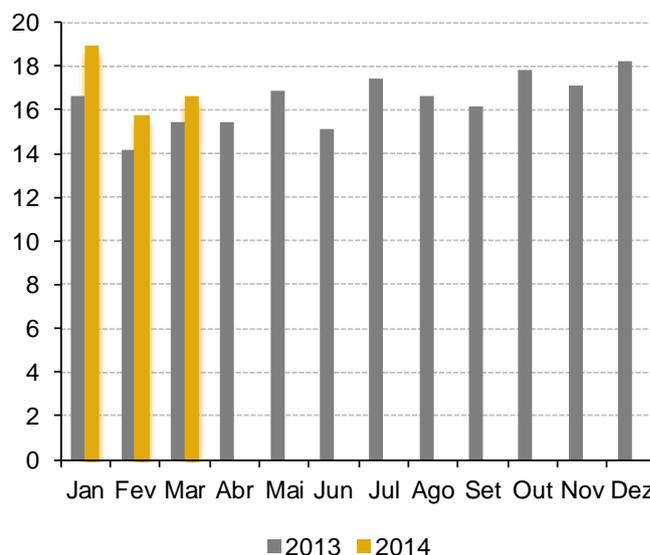
A movimentação de carga aérea total no País, em março de 2014, foi de 96 mil toneladas, montante 18% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 11% inferior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em abril de 2014, foi de 35 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 11% inferior ao observado no mesmo intervalo de 2013. Nesse período, a movimentação de extração vegetal e celulose foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (46%). O minério de ferro correspondeu a 74% do total movimentado em março de 2014.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Abr

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Abr (mil TU)	Abr (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	26.244	30.775	-15
Soja e Farelo de Soja	3.423	3.366	2
Indústria Siderúrgica	1.138	1.101	3
Carvão/Coque	1.001	1.027	-3
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	757	746	1
Extração Vegetal e Celulose	593	406	46
Produção Agrícola (exceto soja)	549	482	14
Grãos Minerais	465	561	-17
Azubos e Fertilizantes	328	396	-17
Conteiner	285	238	20
Indústria Cimenteira e Construção Civil	254	303	-16
Cimento	234	241	-3
Carga Geral - Não Contein.	10	19	-49
Total	35.283	39.661	-11

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em abril de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 60 milhões de toneladas, montante 4% superior ao averiguado em abril do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Abr/2014	Jan-Abr/2014	Abr-2014 / Abr-2013	Acumulado do ano
Marítimo	56.333	205.366	0	4
Fluvial	1.401	4.018	12	-5
Aéreo	105	415	-13	-12
Ferrovário	44	169	-13	-20
Rodoviário	919	3.412	-7	-7
Outros*	963	3.724	1	-11
Total	59.764	217.103	4	3

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em março de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,5 bilhões, valor 1% inferior ao aportado em março de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Março/2013 R\$ milhão	Março/2014 R\$ milhão	Variação (%)	Participação %
Refino e Álcool	886	273	-69	6
Energia Elétrica e Gás Natural	1.032	1.986	93	45
Saneamento	161	117	-28	3
Telecomunicações	241	132	-45	3
Transporte	2.149	1.927	-10	43
<i>Aéreo</i>	184	0	-100	-
<i>Aquaviário</i>	89	4	-95	-
<i>Terrestre</i>	1.875	1.923	3	-
Total Infraestrutura	4.469	4.435	-1	100

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 82 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,8 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 31 de maio, R\$ 22,0 bilhões, o que representa 27% da dotação autorizada. Até o dia 31 de maio, foram liquidados R\$ 3 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 2,7 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 23,8 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 5,2 bilhões (33% da dotação). Até o dia 31 de maio, foram liquidados R\$ 790 milhões e R\$ 786 milhões pagos do orçamento. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 4,9 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,5 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,3 bilhões, ou 15%), hidroviário (R\$ 233 milhões) e outros (R\$ 770 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de 4 milhões e uma execução de restos a pagar pagos no valor de R\$ 4 milhões até dia 31 de maio.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 25% foram pagos até 31 de maio (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 31% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 35% no Ministério das Cidades (R\$ 21,6 bilhões) e 24% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 25 bilhões (40% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 5,2 bilhões até 31 de maio. Foram pagos R\$ 5 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 21 bilhões. Restam R\$ 47 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2014, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 106 bilhões. Foram executados, até o segundo bimestre, investimentos no valor de R\$ 29 bilhões, equivalentes a 28% da dotação autorizada para 2014. Esse valor foi 2% inferior ao desembolsado em 2013, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2014 foi de R\$ 94,3 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 28 bilhões, o que representa uma execução de 29% do autorizado e 94% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 80% da dotação autorizada para as Estatais em 2014 e respondeu por 89% da despesa realizada até o segundo bimestre do ano, num total de R\$ 26 bilhões (execução de 31% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.699	69	4	16	1	11	1	200	212	824
MAPA	1.181	26	2	0	0	0	0	397	397	1.027
MCTI	1.303	326	25	173	13	74	6	300	374	930
MDIC	168	27	16	7	4	7	4	19	26	68
MME	145	166	115	43	30	43	29	38	81	48
M. Transportes	15.817	5.237	33	790	5	786	5	4.078	4.864	9.132
M. Comunicações	60	15	25	0	0	0	0	27	27	136
MMA	174	47	27	4	2	4	2	32	36	100
MDA	685	80	12	12	2	6	1	2.160	2.166	2.179
M. Defesa	9.480	4.968	52	1.022	11	958	10	3.979	4.937	3.519
M. Int. Nacional	7.679	1.580	21	237	3	168	2	1.228	1.396	5.215
M. das Cidades	10.139	535	5	61	1	60	1	1.201	1.262	13.316
Outros**	33.851	8.831	26	847	3	742	2	7.275	8.018	27.398
Total	82.382	21.907	27	3.212	4	2.860	3	20.935	23.795	63.894

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2014 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2014*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.325	806	35	280	12	280	12	570	850	1.004
Hidroviário	233	55	24	0	0	0	0	18	18	325
Portuário	0	4	0	0	0	0	0	10	10	10
Rodoviário	12.488	4.285	34	499	4	496	4	3.348	3.844	7.372
Outros	770	87	11	11	1	11	1	131	142	422
Total	15.817	5.237	33	790	5	786	5	4.078	4.864	9.132

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	396	76
União	7.675	-219	3.610	3.846

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-900	3.682	9.056
União	79.181	-1.808	17.325	60.048

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.717	836	22	427	11	427	11	760	1.188	820
M. Planejamento	2	1	33	0	10	0	10	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	165	165	506
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	11	11	21
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	4.102	62	49	1	48	1	1.685	1.733	5.124
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	257	104	72	29	67	27	123	190	191
M. Saúde	2.397	340	14	170	7	164	7	552	716	3.202
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Transportes	14.646	5.288	36	797	5	793	5	4.401	5.194	9.264
M. Comunicações	1	0	0	0	0	0	0	20	20	11
M. Cultura	166	49	30	1	1	1	1	157	159	388
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MDA	38	4	10	1	3	0	1	2.007	2.007	1.414
M. Esporte	601	304	51	1	0	1	0	202	203	1.133
M. Defesa	4.943	4.086	83	877	18	843	17	2.654	3.497	1.352
M. Integr. Nacional	6.067	1.429	24	215	4	145	2	995	1.140	3.338
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1.578
M. Desenv. Social	643	10	2	10	2	10	2	405	415	341
M. Cidades	21.584	7.989	37	2.591	12	2.591	12	6.838	9.428	18.364
Total	61.767	24.696	40	5.211	8	5.093	8	20.980	26.073	47.131

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2014
Estatais e Agências de Fomento

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Minas e Energia	94.324	27.519
Comunicações	1.322	221
Transportes ¹	0	0
Defesa	9	0
Outros	10.219	1.506
Total	105.873	29.247

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Indústria	441	125
Comunicações	1.301	221
Energia	94.183	27.381
Transporte	2.991	481

Fonte: Portaria n.º 12/2014 do MPOG.

R\$ milhão

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Produção Industrial	1.073	284
Energia Elétrica	10.057	1.653
Combustíveis Minerais	73.446	24.085
Transporte Aéreo	1.667	366
Transporte Hidroviário	3.070	241
Transportes Especiais	5.349	760

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 2º bim.
Grupo Eletrobrás	9.871	1.403
Grupo Petrobras	84.452	26.116
Cias DOCAS ²	1.303	377
Infraero	1.670	377

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 19 de junho de 2014.

RELATÓRIO DE INFRAESTRUTURA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - Gerência de Infraestrutura | Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Carlos Senna Figueiredo, Ilana Ferreira, Inácio Cozendey, Marcel Papa, Matheus Braga, Roberto Wagner e Rodrigo Garcia | e-mail: infra@cni.org.br | Projeto Gráfico: Núcleo de Editoração CNI | Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC: (61) 3317.9989 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.